

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 03 - Cruz das Almas (BA) - 16 de Abril de 2015 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

## CANDIDATOS À REITORIA RECEBEM DOCUMENTO COM A PAUTA DOCENTE



# APUR ENTREGA DOCUMENTO COM A PAUTA DOCENTE AOS CANDIDATOS À REITORIA



No debate entre os candidatos à reitoria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ocorrido nesta quinta-feira (16) no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) entregou e protocolou um documento com as demandas docentes da Pauta Local da UFRB às duas chapas concorrentes.

Constam no documento os seguintes pontos da pauta docente: a retomada da mesa de negociação entre a administração central e os docentes; o estabelecimento de prazos para entrega das sedes próprias do CECULT e CETENS; que se encaminhe ao CONAC, comprometendo-se politicamente em favor da aprovação da carga horária mínima de 08 horas e máxima de 12 horas para as atividades em sala de aula na UFRB; a homologação dos estágios probatórios; explicitação de quais políticas de valorização, de assistência e de permanência para os docentes da UFRB serão implementadas na futura gestão e também que se assegure aos docentes ingressos na UFRB a partir de

fevereiro de 2013, oriundos de quaisquer esferas do serviço público, o direito de opção ao regime de previdência anterior ao estabelecimento do FUNPRESP, conforme disposto na Lei 12.618/2012.

Além da pauta docente, o documento também apresenta duas demandas da diretoria da APUR. Sendo elas: conceder, através de regime de comodato em favor da APUR, a cessão da sala em que hoje se encontra a sede provisória da APUR, por um período de 20 anos. Além da reforma e da formalização da cessão da antiga Casa dos Servidores e a autorização da redução da carga horária de ensino para os docentes que estejam no exercício da função sindical na diretoria da APUR.

Para que haja um diálogo claro e aberto, a APUR solicitou que uma resposta formal ao documento seja dada no próximo debate, dia 22 de abril, em Cruz das Almas.





Cachoeira – BA, 16 de abril de 2015.

**Aos candidatos/as à reitoria da UFRB**

Nesta

**Assunto: Demandas docentes da Pauta Local da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

Prezadas/os Senhoras e Senhores,

No período de 6 a 10 de abril de 2015, realizou-se nos campi da UFRB uma série de reuniões sindicais que discutiram a campanha salarial, bem como a atualização da pauta local de nossa instituição. Estes debates fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas, em atenção ao movimento que se fortalece em todo país, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dentre eles, os servidores públicos federais no que diz respeito a sua valorização profissional e à conquista por melhores condições de trabalho.

Outrossim, ficou deliberado na Assembleia Geral Docente, em 03 de fevereiro do ano em curso, que “caberá a APUR apontar aos candidatos/as as questões centrais da categoria docente, cobrando-lhes posicionamentos sobre a pauta docente”. Neste sentido, vimos mui respeitosamente apresentar a V. Sas. a síntese destas discussões que ora representa o anseio da comunidade docente da UFRB.

**PAUTA DOCENTE:**

1. Retomar a mesa de negociação, entre a administração central e os docentes, para avaliação dos itens e a repactuação dos prazos, em especial os que dizem respeito às obras de infraestrutura, estabelecidos no acordo, assinado pelas partes, em 18 de dezembro de 2012;
2. Estabelecer prazos para entrega das sedes próprias do CECULT e do CETENS;
3. Encaminhar ao CONAC, comprometendo-se politicamente em favor da aprovação da carga horária mínima de 08 horas e máxima de 12 horas para as atividades em sala de aula na UFRB;
4. Homologar os estágios probatórios;



5. Explicitar quais as políticas de valorização, de assistência e de permanência para os docentes da UFRB serão implementadas na futura gestão;
6. Assegurar aos docentes ingressos na UFRB, a partir de fevereiro de 2013, oriundos de quaisquer esferas do serviço público, o direito de opção ao regime de previdência anterior ao estabelecimento do FUNPRESP, conforme disposto na Lei 12.618/2012;

**PAUTA DA DIRETORIA:**

7. Conceder, através de regime de comodato em favor da APUR, a cessão da sala em que hoje se encontra a nossa sede provisória, por um período de 20 anos. Além da reforma e da formalização da cessão da antiga Casa dos Servidores;
8. Autorizar, a redução da carga horária de ensino para os docentes que estejam no exercício da função sindical na diretoria da APUR.

Isto posto, solicitamos de V. Sas. a análise e o posicionamento frente as demandas ora apresentadas. E, para assegurar a transparência deste diálogo, gostaríamos que no debate a ser realizado no próximo dia 22 de abril, em Cruz das Almas, nos fosse assegurada resposta formal em documento que será disponibilizado à apreciação da comunidade docente através do sítio eletrônico [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br), da página do facebook da APUR e da lista de e-mails docentes.

Atenciosamente,

**Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira**

**Presidente da APUR**

Recebido em  
16/04/15

Recebido em  
16/4/2015

# A MOBILIZAÇÃO PELA PAUTA DOCENTE NA UFRB



# APUR PARTICIPA DE DEBATE SOBRE O PL 4330



Atendendo mais uma vez ao chamado das centrais sindicais do país, em especial do ANDES-SN, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) aderiu à paralisação nacional dessa quarta-feira (15), contra o PL 4330. Junto com a ASSUFBA e com os demais sindicatos que compõem o Fórum Sindical do Recôncavo, a APUR optou por uma paralisação aliada a uma mobilização, por isso, não apenas paralisou suas atividades, mas também participou de um rico debate sobre o PL 4330.

Uma questão que todos que tomaram a palavra fizeram questão de evidenciar é que não estão contra os trabalhadores terceirizados, pelo contrário, a luta é para que esta categoria não fique ainda mais precarizada. Para a representante da ASSUFBA na UFRB, Aida Maia, os terceirizados trabalham muito e são pouco valorizados, recebem menos que os demais. “Não estamos querendo tirar o terceirizado, a nossa defesa é por sua valorização, que tenha melhores condições de trabalho”, afirmou Aida.

Durante o debate, o presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, deixou claro que o problema da terceirização há muito já está colocado, e que a aprovação do texto principal do PL 4330 vem para piorar ainda mais a situação dos trabalhadores terceirizados que convivem com a precarização e privação de direitos trabalhistas.



Na visão do professor Antonio Eduardo, o PL 4330, ao invés de proteger o trabalhador, na verdade, protege mesmo é o empresariado. Os defensores do projeto tentam seduzir a população com o discurso da ampliação de direitos, quando a realidade é que tal projeto acaba fragilizando ainda mais a situação dos terceirizados, ou seja, acaba retirando direitos.

Mesmo com a decisão da Câmara de excluir empresas públicas do projeto da terceirização, o professor William Lordelo, da Oposição Cutista na APLB, deixou claro que a classe trabalhadora exige o veto total ao PL 4330, não somente um pequeno recuo. “O recuo ficou visível, mas ele não se deu ao acaso, é o reflexo da mobilização da classe trabalhadora. A retirada das empresas públicas é positiva, mas, para nós da classe trabalhadora, vitória mesmo seria a retirada total do projeto”, defendeu o professor.

Trazendo a discussão para a realidade da UFRB, o presidente da APUR colocou que os terceirizados acabam sendo vistos como cidadãos de segunda classe, pois são excluídos das discussões da/sobre a universidade, não são tidos como parte da comunidade da UFRB. “A questão da terceirização é complexa, pois já estamos nos adaptando a ela no nosso dia a dia. Aquela senhora que faz a limpeza, por exemplo, não é considerada como parte da UFRB. Ainda assim, corremos o risco de aumento do número de terceirizados sem se quer discutirmos qual a posição destes nas instituições”, ponderou Antonio Eduardo.

Em um debate muito rico de ideias, ficou bastante evidente a necessidade de que a classe trabalhadora continue se unindo na luta por seus direitos, pois o PL 4330 é apenas um dentre tantos ataques que os trabalhadores podem sofrer diante de uma câmara tida como uma das mais conservadoras dos últimos tempos, vide as Medidas Provisórias 664 e 665. Como bem colocou o professor Givanildo de Oliveira, secretário da APUR,

“Estamos juntos levantando essa bandeira, dizendo que não aceitamos um Projeto onde o trabalhador tenha menos direitos”.

O debate contou com a participação de docentes, servidores técnico-administrativos, representação discente e com representantes da Oposição Cutista na APLB; todos estes fazem parte do Fórum Sindical do Recôncavo.



## AS MANIFESTAÇÕES CONTRA O PL 4330 NO BRASIL AFORA



Foto CUTBA

Nem mesmo a notícia da retirada das empresas públicas do projeto da terceirização fez com que as centrais sindicais recuassem nos protestos pelo Brasil afora. Segundo os sites de notícias, os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fizeram manifestações em 23 estados e no Distrito Federal. De acordo a notícia publicada no site da CUT, só em Fortaleza, 8 mil militantes foram às ruas contra o PL 4330.

Na capital de Rondônia, Porto Velho, movimentos sociais se uniram contra o projeto. Além do PL 4330, os movimentos sociais pediram a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, a reforma política com participação social, a defesa da Petrobrás como patrimônio público, combate à corrupção, entre outros pontos.

Ainda segundo à CUT, Salvador amanheceu sem ônibus, sem aula, sem vigilância, com bancos fechados e boa parte do comércio também teria aderido à paralisação. “Até às 9h nenhum coletivo na capital baiana deixou as garagens. Vias de acessos importantes para a cidade como a BR 324 e a Paralela foram interditadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que reagiram a aprovação do PL que retira direitos historicamente conquistados”.

Já em Vitória, no Espírito Santo, a manifestação não teria sido muito pacífica. Conforme informações dos noticiários, os manifestantes teriam entrado em confronto com a Polícia Militar. Os manifestantes teriam bloqueado as principais vias da cidade, colocando fogo em pneus, e a Polícia Militar, por sua vez, teria utilizado bombas de efeito moral e balas de borracha para dissipar o protesto.

Em São Paulo, os manifestantes tomaram a estratégia de bloquear vias importantes (como a Rodovia Presidente Dutra, Anhanguera e Anchieta). De acordo a Polícia Rodoviária Estadual, cerca de 4,4 mil manifestantes participaram do ato na Via Anchieta. Além de São Paulo, também ocorreram protestos em São José dos Campos, Paulínia e Campinas.

Os bancários também mostraram solidariedade à luta contra o PL 4330. Em Belo Horizonte, como forma de protesto, os bancários atrasaram a abertura das agências em duas horas. Nesse período de paralisação de suas atividades, os bancários fizeram panfletagem e também explicaram à população o motivo do protesto.

Houve certa diversidade nas manifestações. Em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, os trabalhadores próprios e terceirizados da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) atenderam em massa ao chamado da paralisação. Mas a movimentação desses trabalhadores começou ainda no dia 14 quando, em assembleia, aprovaram o corte de rendição das 0h e deram início à paralisação. No Distrito Federal, entre as 4 e 6 horas dessa quarta-feira, mais de 10 mil motoristas paralisaram os serviços.



Foto Alex de Jesus



Foto Marcos Bezerra

## EMPRESAS PÚBLICAS SÃO EXCLUÍDAS DO PROJETO DA TERCEIRIZAÇÃO



Por 360 votos a 47, nessa terça-feira (14), o Plenário da Câmara dos Deputados retirou as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias do Projeto de Lei 4330, que visa ampliar a terceirização para todas as áreas das empresas, não apenas para atividade-meio, como ocorre atualmente. Sendo assim, apenas a iniciativa privada poderá terceirizar até mesmo atividade-fim de empresa.

Tal aprovação não impede que o setor público faça terceirizações, todavia proíbe que as empresas controladas pelo governo terceirizem todas as suas atividades. Assim sendo, empresas públicas e sociedades de economia mista (como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobrás) ainda terão que fazer concurso público para as carreiras de atividade-fim, mas ficam autorizadas a terceirizarem serviços especializados e atividades de segurança, limpeza e manutenção.

Mais discussões estavam previstas para essa quarta-feira (15), contudo, depois de um acordo entre os partidos, a Câmara aprovou um requerimento de retirada de pauta do projeto. Dessa forma, a votação dos destaques do PL 4330 foi adiada para o dia 22 de abril, próxima quarta-feira.